

# “COMPROMISSO COM A PESQUISA ACADÊMICA FUNDAMENTAL É INABALÁVEL”, DECLARA BRITO CRUZ

*A Revista Adusp solicitou à Fapesp uma entrevista com o professor Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da fundação. Foi-nos informado que, por questões de agenda, o professor não concederia entrevista, mas dispunha-se a escrever um artigo. Após novas conversas com a assessoria de imprensa da Fapesp, o diretor científico dispôs-se a responder a questões enviadas por correio eletrônico. Posteriormente, condicionou suas respostas a um compromisso nosso de que seriam publicadas na íntegra, sem edição. As perguntas foram então reduzidas por nós a um número de dez. Elas são reproduzidas a seguir, com as respectivas respostas do professor Brito Cruz.*

**Revista Adusp** - Como o sr. explica a diferença de tratamento que vem sendo dada às pesquisas básicas e às pesquisas relacionadas à inovação tecnológica? Em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo*, o sr. afirmou que “o desenvolvimento tecnológico é a indústria que precisa resolver, com a construção de seus centros de pesquisas”. Essa

declaração não está em contradição com os próprios números de desembolso da Fapesp?

**Brito Cruz** - O desenvolvimento tecnológico deve ser, como ocorre em todo o mundo, tarefa principalmente da empresa, em seus centros de pesquisa. O estado brasileiro, através de agências como a Fapesp, CNPq, Finep, BNDES, deve contri-

buir para que isso aconteça. Uma das formas de fazer isso é favorecer a interação dos cientistas da empresa com cientistas da academia, pois, no Brasil, a academia tem muito maior tradição em pesquisa do que as empresas. Não há contradição alguma entre reconhecer que o desenvolvimento tecnológico deve ocorrer na empresa e se incentivar a pesquisa em cooperação entre universidades ou institutos de pesquisa e empresas.

O compromisso da Fapesp com a formação de recursos humanos e com a pesquisa acadêmica fundamental é sólido e inabalável.

A reportagem se equivoca na análise dos dados. Supõe que os recursos destinados a Programas Especiais e aos Programas de Inovação Tecnológica excluem a Pesquisa Básica, o que não é correto. Basta analisar os Relatórios de Atividades publicados na página *web* da Fapesp:

1. Quase metade do aumento de dispêndio em Programas Especiais se deveu, em 2005, ao Programa de Equipamentos Multiusuários,

Antônio Scarpinetti/Ascom/Unicamp

**Professor Brito Cruz**

essencial para a atualização de equipamentos de pesquisa nas universidades e institutos de pesquisa.

2. Outra parte importante do aumento de dispêndio nas programações Especial e Inovação deveu-se às aplicações no programa Cepid, que se desenrola principalmente na USP e Unicamp e tem seu foco na realização de pesquisa fundamental em várias áreas.

3. A terceira contribuição ao aumento do dispêndio foi devida a um convênio com a Finep, com o qual a fundação trouxe recursos federais para financiar pequenas empresas em São Paulo, um importante objetivo para o desenvolvimento econômico e social no estado.

4. A quarta contribuição deveu-se ao aumento dos custos das linhas usadas pela Rede ANSP, que garantem à comunidade de pesquisa paulista acesso à internet.

5. A quinta contribuição ao aumento de dispêndio referido deveu-se ao Programa Jovens Pesquisadores em Centros Emergentes, no qual a maior parte dos projetos é para jovens cientistas na USP, Unicamp e Unesp implantarem novas linhas de pesquisa acadêmica, a maior parte em áreas fundamentais.

Uma análise mais atenta dos dados mostra que a única parte do aumento que se deveu certamente

à pesquisa envolvendo empresas foi no financiamento à pesquisa em pequenas empresas de base tecnológica. Boa parte destas é formada por egressos das universidades que tentam atuar como pesquisadores em empresas e ao mesmo tempo criar desenvolvimento econômico tão necessário para o país.

**Revista Adusp** - Também não seriam contraditórios acordos como o assinado com a empresa Dedini? A quantia de R\$ 50 milhões que será desembolsada pela Fapesp não poderia ser utilizada para uma atividade de produção de conhecimento menos direcionada ao interesse industrial corporativo? Esse convênio não traduz exatamente a tendência de “utilitarismo de direita” em prol das indústrias citada na mesma entrevista à *Folha de S. Paulo*?

**Brito Cruz** - No convênio Fapesp-Dedini, e nos outros convênios do Programa PITE, trata-se de trazer recursos de empresas para financiar projetos de pesquisa nas universidades e institutos. No convênio com a Dedini, a Fapesp trará R\$ 50 milhões da empresa, em cinco anos, para financiar projetos de pesquisa em universidades e institutos no Estado. Estes recursos de empresas ajudam a aumentar o volume de financiamento para a pesquisa acadêmica, inclusive com bolsas de estudo para pós-graduação e de pós-doutorado.

Este, e outros convênios da Fapesp com empresas para co-financiamento de pesquisa, criam oportunidades acessíveis a todo pesquisador interessado, pois sempre se

*“No convênio Fapesp-Dedini, e nos outros convênios do Programa PITE, trata-se de trazer recursos de empresas para financiar projetos de pesquisa nas universidades e institutos que ajudam a aumentar o volume de financiamento para a pesquisa acadêmica”*

usam editais de chamada pública de propostas. A avaliação é rigorosa, usando múltiplos assessores.

Quanto ao “utilitarismo de direita”, a expressão foi usada significando o ato de se valorizar a universidade *exclusivamente* pela ajuda que ela possa dar às empresas. Criticar este exagero não significa advogar que a universidade se isole da sociedade. O mesmo vale para a expressão “utilitarismo de esquerda”. É bom para a universidade interagir com a sociedade, oferecendo e recebendo conhecimento. A interação contribui para a melhor formação dos estudantes e para trazer novos desafios de pesquisa, além de trazer recursos adicionais para o apoio à pesquisa. Certas áreas se beneficiam da mesma forma — formando melhor seus alunos e contribuindo para o avanço do conhecimento — de interações com órgãos de governo e associações de classe trabalhando em pesquisa sobre problemas sociais e de grande impacto. Essencial para a universidade é ter sempre em mente que sua grande contribuição à sociedade está na boa educação de seus estudantes e nas descobertas que farão progredir o conhecimento humano.

No documento “Ciência e Pesquisa, Contribuição dos Homens do Laboratório e da Cátedra à Magna Assembléia Constituinte de São Paulo” em que se propôs a criação de uma fundação de amparo à pesquisa à Assembléia Constituinte Paulista, em 1947, lê-se:

“Entender-se-á, para os fins destes Estatutos, por ‘pesquisa científica’, ou abreviadamente ‘pesquisa’: a busca ou investigação,

com o objetivo de obter novos conhecimentos ou confirmar outros, já obtidos, em qualquer campo da ciência e da técnica, por qualquer meio e em qualquer escala, quer seja com finalidades utilitárias imediatas, quer não”.

Os Homens do Laboratório e da Cátedra que propuseram à Magna Assembléia Constituinte de São Paulo, em 1947, a criação da Fapesp, entendiam que a ciência se faz em ambientes diversificados e com pessoas de variados interesses.

O tom de questões apresentadas nesta entrevista indica uma dificuldade para reconhecer a comunidade científica paulista como ela é: madura e diversificada, atuando em muitas frentes, de acordo com perfis, vocações e escolhas individuais diferentes. A universidade é uma instituição que deve prezar e valorizar a diversidade, o debate e muitas formas de se fazer ciência. Há pesquisadores ativos somente em pesquisa fundamental e outros ativos somente em pesquisa aplicada. Há também aqueles que fazem as duas coisas. Não se pode impor à comunidade um único tipo de atividade. Deve-se, ao contrário, criar as oportunidades para que a boa pesquisa, em todas as suas formas, encontre apoio.

**Revista Adusp** - A Fapesp surgiu para atender as demandas da comunidade científica. O que se vê é o aumento de desembolso a programas especiais e de apoio à tecnologia, ao mesmo tempo em que há um teto em concessão de bolsas, que é a principal política de formação de recursos humanos. A entidade não passou a ditar linhas

científicas em vez de atender as demandas da comunidade científica?

**Brito Cruz** - A pergunta erra ao afirmar que a Fapesp surgiu para atender às demandas da comunidade científica. A Fapesp foi criada em resposta à proposta da comunidade científica paulista à Constituinte de 1947 que advogou a criação de uma fundação de amparo à pesquisa, necessária para atender ao interesse público. No documento fundador eles afirmaram:

“...; ora lembrando que o motivo fundamental da criação do novo órgão fomentador da pesquisa é, antes de tudo, o *bem* ou *interesse público* (...)”

A pergunta incide novamente em erro ao identificar os Programas Especiais e de Inovação Tecnológica da Fapesp com uma suposta diminuição do apoio à pesquisa acadêmica. Isso não é correto: por exemplo, o Programa Especial FAP-Livros vai comprar mais de 100 mil livros e já comprou acesso a 188 mil títulos de *e-books* para as bibliotecas acadêmicas em São Paulo.

O apoio da Fapesp à formação de recursos humanos tem crescido nos últimos anos: em 2006 se concedeu o maior número de bolsas de Iniciação Científica e de Pós-Doutorado da história da fundação. A concessão de Bolsas de Mestrado aumentou em 48% e a de Doutorado em 33%.

**Revista Adusp** - A Fapesp adotou a política de contenção de bolsas e, “a partir de 2001, introduziu, no processo de avaliação das solicitações, uma sessão de análise comparativa, que tornou a análise mais seletiva”, como descreve o próprio Relatório de Atividades de 2005.

Essa análise comparativa continua sendo feita pelo coordenador de área? Quais são os critérios principais adotados?

**Brito Cruz-** A comunidade participa diretamente na análise dos projetos porque os assessores usados pela Fapesp pertencem a esta comunidade e eles determinam, em cada área do conhecimento, os referenciais de excelência.

A seleção das propostas de bolsas é feita em sessões de análise comparativa com a participação dos membros das coordenações de área e, muitas vezes, de pesquisadores convidados especialmente. A análise é feita com base em pareceres de assessoria, emitidos por assessores escolhidos entre os quinze mil assessores da base da Fapesp.

Desde 2005 as coordenações de área foram aumentadas e renovadas. O número de membros das coordenações de área cresceu de 50 em 2004 para 81 em 2007.

**Revista Adusp-** Dentro do modelo de governança adotado pela Fapesp, como se dá a decisão acerca de um projeto de R\$ 50 milhões, como a parceria com a Dedini? Um parecerista *ad hoc* foi convocado para esta tarefa?

**Brito Cruz-** Não existe “projeto de R\$ 50 milhões” como afirma a pergunta. Existe um convênio entre a Fapesp e a Dedini que prevê a publicação de editais para projetos de pesquisadores em instituições de ensino superior e pesquisa, nos quais a Dedini deverá investir R\$ 50 milhões, e a Fapesp outro tanto, em cinco anos. Tais projetos serão

analisados estritamente segundo o sistema de análise e seleção da Fapesp: com pareceres de assessoria e análise nas coordenações de área.

Para o estabelecimento de convênios, a Fapesp analisa a proposta no Conselho Técnico-Administrativo (CTA), com auxílio de pareceres jurídicos e de uma avaliação da Diretoria Científica sobre o interesse para a pesquisa em São Paulo. Caso seja aprovado pelo CTA, é submetido ao Conselho Superior. Este é o procedimento estatutário.

*“A seleção das propostas de bolsas é feita em sessões de análise comparativa com a participação dos membros das coordenações de área e, muitas vezes, de pesquisadores convidados”*

**Revista Adusp-** A Fapesp investira recursos anteriores no desenvolvimento do Sistema Dedini Hidrólise Rápida (DHR) para a construção de uma planta-piloto em Pirassununga. Quanto foi investido no primeiro convênio?

**Brito Cruz-** A Fapesp apoiou o projeto Dedini Hidrólise Rápida com um projeto selecionado no Programa de Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica (PITE). O desembolso foi de R\$ 3,7 milhões

em cinco anos e as instituições de pesquisa parceiras foram o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) e a Unicamp.

**Revista Adusp-** O texto do convênio de R\$ 100 milhões firmado entre a Fapesp e a Dedini diz que “os direitos relativos à propriedade intelectual eventualmente gerada deverão ser acordados em Termos de Convênio a serem estabelecidos entre a Dedini e as instituições dos pesquisadores proponentes, podendo ou não haver participação da Fapesp”. Mas o DHR, por exemplo, já foi patenteado pela empresa no Brasil, nos Estados Unidos e na União Européia. A Dedini estima faturar R\$ 1,8 bilhão em 2007 e pretende aderir ao mercado de capitais, disponibilizando ações na Bolsa de Valores. Por que a Fapesp fez questão de interferir com R\$ 50 milhões que poderiam ter sido captados no mercado?

**Brito Cruz-** O convênio relativo ao projeto DHR, firmado em 2002, estabelece que à Fapesp caberá a fração de 9% dos “benefícios auferidos com a tecnologia resultante, quer seja ela patenteável ou não”. O investimento feito pela empresa foi muito maior que o da Fapesp, tendo os recursos da fundação “alavancado” os investimentos, multiplicando o seu volume total.

O estabelecimento de receitas para a fundação, oriundas de projetos por ela parcialmente apoiados, é feito em consonância com os Estatutos da Fapesp. Receitas desta natureza ajudam a fundação a apoiar mais bolsas de estudo e mais auxílios à pesquisa acadêmica.

O investimento feito pelo setor privado em etanol no Brasil se dirige à produção, e não à pesquisa. Países como os Estados Unidos, China e Índia têm programas governamentais importantes para apoio à pesquisa sobre etanol em empresas e em instituições acadêmicas. Para que o Brasil possa manter a competitividade de hoje, devida a anos de investimento público e privado em pesquisa, é fundamental o apoio estatal à pesquisa acadêmica e à pesquisa industrial nesta área.

**Revista Adusp-** A publicação da revista *Pesquisa Fapesp*, por meio da Uniemp, não é de certa forma um dribble à limitação de gastos para a estrutura física? Qual é a relação da Fapesp com a Uniemp? Quais são os valores envolvidos no convênio existente entre as duas entidades?

**Brito Cruz-** A Fapesp segue cuidadosamente o preceito legal sobre o limite para despesas operacionais. Os investimentos na *Pesquisa Fapesp* não são operacionais. A publicação da revista cumpre um dos objetivos estatutários, o de “promover ou subvencionar a publicação dos resultados das pesquisas”. É, portanto, uma atividade-fim, não uma atividade-meio. Faz-se na forma de um projeto regular, coordenado por um pesquisador, especialista em Filosofia da Ciência, o professor Luiz Henrique Lopes dos Santos, do Departamento de Filosofia da USP.

A revista é distribuída gratuitamente para 25 mil pesquisadores. Tem assinaturas pagas e é vendida em bancas. A utilização do Instituto Uniemp tornou-se necessária para tornar possível à Fapesp receber as

receitas advindas de vendas em bancas, de assinaturas pagas e de propagandas institucionais. Essas receitas cobrem cerca de 20% do orçamento da revista. A relação é estabelecida em um contrato entre o coordenador científico do projeto e o Instituto.

A divulgação da pesquisa é fundamental, não só para prestar contas ao contribuinte, mas também para criar uma cultura de valorização da ciência em São Paulo e no Brasil.

**Revista Adusp-** Nos últimos anos, houve uma concentração ain-

da maior das bolsas da Fapesp no Pós-Doutorado — que passou de R\$ 28,8 milhões (21,26%), em 2003, para R\$ 42,4 milhões (32,95%), em 2005. O que justifica essa ênfase da Fapesp no apoio ao pós-doutorado? Como está sendo aplicada a política de reajuste das bolsas?

*“A publicação da revista Pesquisa Fapesp cumpre o objetivo estatutário de ‘promover ou subvencionar a publicação dos resultados das pesquisas’. É, portanto, uma atividade-fim, não uma atividade-meio”*

da maior das bolsas da Fapesp no Pós-Doutorado — aumento de 48% — e para o Pós-Doutorado — aumento de 61%. Na mesma ocasião, decidiu por um reajuste nos valores de todas as bolsas, exceto as de Pós-Doutorado — reajustadas antes, em 2004.

**Revista Adusp-** O senhor foi presidente da Fapesp de 1996 a 2002. A partir de abril de 2002, foi nomeado reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Exerceu o cargo até abril de 2005, quando assumiu a função de diretor científico da Fapesp. A migração de um importante órgão de fomento diretamente para a reitoria de instituições diretamente beneficiadas não deveria ser evitada? Não seria importante estabelecer restrições para preservar a isenção no exercício desses cargos?

**Brito Cruz-** Diferentemente das perguntas anteriores, que tratam do financiamento à pesquisa, esta apenas pretende lançar suspeita sobre minha conduta. Tenho exercido os cargos que ocupo com isenção e correção no trato da coisa pública. Fui nomeado para a Reitoria da Unicamp após ter meu nome aprovado pela comunidade da universidade por maioria absoluta no primeiro turno da consulta realizada e tendo sido escolhido em primeiro lugar na lista tríplice formada pelo Conselho Universitário.